
PRINCÍPIOS EDUCATIVOS FEMININOS NO JORNAL BRASIL MULHER (1975- 1980): DA REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS À CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA COLETIVA

FEMININE EDUCATIONAL PRINCIPLES IN THE BRASIL MULHER
NEWSPAPER (1975-1980): FROM THE CLAIM FOR RIGHTS TO THE
CONSTRUCTION OF COLLECTIVE CONSCIOUSNESS

Ciências Humanas · 21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776654703](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776654703)

Gislaine Aparecida Valadares de Godoy¹

RESUMO

O artigo investiga os princípios educativos subjacentes às temáticas do jornal *Brasil Mulher*, veiculado entre 1975 e 1980. O estudo analisa como o impresso atuou como dispositivo pedagógico na construção da identidade e da consciência coletiva das mulheres brasileiras durante a "segunda onda" do feminismo. Utilizando o referencial teórico-metodológico da Escola de *Annales* e a análise de conteúdo de Bardin, a pesquisa examina edições selecionadas que abordam o trabalho, a sexualidade e a emancipação. Os resultados confirmam a hipótese de que o jornal operou como um agente educacional informal, crucial para a consolidação da cidadania feminina e a politização do cotidiano.

Palavras-chave: Educação Feminista; Imprensa Alternativa; História das Mulheres; Consciência Coletiva.

ABSTRACT

The article investigates the educational principles underlying the themes of the *Brasil Mulher* newspaper, published between 1975 and 1980. The study analyzes how the print media acted as a pedagogical device in the construction of identity and collective consciousness among Brazilian women during the "second wave" of feminism. Utilizing the theoretical-methodological framework of the Annales School and Bardin's content analysis, the research examines selected editions addressing labor, sexuality, and emancipation. The results confirm the hypothesis that the newspaper operated as an informal educational agent, crucial for the consolidation of women's citizenship and the politicization of everyday life.

Keywords: Feminist Education; Alternative Press; Women's History; Collective Consciousness.

1. INTRODUÇÃO

O processo de tomada de consciência feminina no Brasil, especialmente durante a década de 1970, foi permeado por mecanismos de educação não formal que desafiaram as estruturas patriarcais da ditadura militar. Este artigo apresenta os resultados finais de uma investigação documental, fruto de uma pesquisa institucional, que analisou o jornal *Brasil Mulher* como um locus de formação política e social.

Os estudos tiveram como objetivo analisar os princípios educativos contidos nas temáticas abordadas pelo jornal Brasil Mulher que veiculou na sociedade brasileira entre os anos de 1975 a 1980. A intenção foi de examinar a contribuição que a educação, expressa e impressa nos temas do jornal, tivera no processo de construção da identidade das mulheres brasileiras daquele período, bem como na tomada de consciência delas enquanto coletivo humano, tomando como pano de fundo e, também, como fundamento das publicações, o movimento feminista chegado no Brasil naquele momento. A análise considerou que tais princípios presentes no jornal, se construíram a partir desses movimentos feministas, que por sua vez, buscavam a igualdade de direitos entre homens e mulheres entre outras reivindicações afim de ampliar o espaço das mulheres na sociedade.

Nessa perspectiva, a questão a ser respondida era: o jornal Brasil Mulher teria atuado como um agente educacional no processo responsável pela conquista da emancipação feminina? À essa questão, é possível dizer que sim. Pois, em suas abordagens e matérias, havia meios para que se buscasse a consolidação da cidadania e o alcance de alguns direitos femininos, como o direito da sexualidade.

A relevância deste estudo reside na necessidade de recompor a trajetória da emancipação do pensamento feminino a partir das vozes das próprias mulheres. Investigar esses princípios educativos, é identificar as ferramentas que contribuíram para a construção da identidade feminina contemporânea, reafirmando que a luta por igualdade de oportunidades e contra a violência de gênero permanece como uma agenda aberta e necessária.

Para essa investigação optou-se por selecionar algumas das publicações, isso se deveu ao tempo disponível para análise em meio as demais atribuições docentes. Na seleção das edições, observou-se que algumas temáticas se repetiam nas matérias e, notou-se que isso se dava pela repercussão que causavam e pelo interesse ou debate que levantavam entre seus leitores, registrados, inclusive, pelo próprio jornal.

Assim, a partir dessa observação foram eleitas as edições que apresentavam as seguintes temáticas: a mulher no mercado de trabalho; a emancipação feminina e, a mulher, a reprodução, a sexualidade e o prazer. Dessa forma, as edições selecionadas foram: A edição de 1977 – Extra; Edição de junho/77, nº 7; edição de outubro/77, nº 9; edição de março/78, nº 11; edição maio/78, nº 12; edição nº de julho/78, nº 13; edição de novembro/78, nº 14 e, por fim, a edição de abril de 79, nº 15. E, dentro dessas edições, elegeu-se as matérias jornalísticas que abordavam as temáticas destacadas, não sendo analisada, portanto, todas as matérias presentes nessas edições.

O jornal tinha tiragem mensal, era independente e custeado pelos membros da Associação Brasil Mulher que fundou o jornal em 1975. Também contava com uma receita vinda da venda dos exemplares,

dos assinantes e anunciantes. Teve sua origem na cidade de Londrina no estado do Paraná e, depois em 1976 mudou-se para São Paulo capital, em função da necessidade de estar em uma localização que atingisse maior divulgação e a próximo a outros jornais importantes da época. O jornal Brasil Mulher, embora fosse um jornal que se autointitulava feminista, não tratava apenas de questões específicas das mulheres, pois, de acordo com sua editora Joana Lopes (edição de junho de 1977, nº 7, na nota da editora), “A Sociedade Brasil Mulher foi criada em 1975 com o objetivo de tratar dos problemas da mulher, integrados com as questões mais essenciais da sociedade.

Dentro dessa visão, criou-se o jornal Brasil Mulher, veículo de difusão desse trabalho.” Desse modo, as matérias tratavam de assuntos de interesse feminino, mas também, abordava outras questões como as eleições da época, o custo de vida do período, considerado pelo jornal e pela população, como sendo de alto custo; tratava ainda de questões políticas da época, como a anistia aos presos políticos. Mas, foi possível observar, que mesmo nessas questões de cunho geral, o jornal sempre encontrava uma maneira de inserir a figura da mulher nesses assuntos. Como por exemplo, nos debates acerca do alto custo de vida, apresentava grupo de donas de casa que enviavam cartas para o jornal relatando as dificuldades em administrar o dinheiro da casa na realização das compras de alimentos.

No caso das discussões acerca da anistia, também aparecia grupo de mães, irmãs e esposas que lutavam pela anistia de seus entes. Ou seja, de uma forma ou de outra, o jornal fazia questão, segundo o que se notou, em inserir a mulher em todos os cenários da sociedade, política, economia, direitos humanos, etc. Nas notas da editora, no início de cada volume, a editora, Joana Lopes, sempre

dirigia a palavra ao seu público feminino, informando sobre a importância da participação da mulher na sociedade, no processo de tomada de decisões em sua casa e, no determinar de seu próprio destino. Movimento esse, possível de ser entendido como um meio de despertar a consciência feminina para seus direitos e para seu espaço dentro da sociedade. Ainda nessas notas, é possível perceber o teor formativo do jornal e a busca pela emancipação do pensamento das mulheres, o que chamamos de princípios educativos femininos.

Desse modo, a análise das edições, bem como das matérias publicadas foi realizada considerando o contexto histórico do período compreendido entre os anos de 1975 a 1980, bem como as questões políticas, econômicas e sociais do referido período e, sua influência na condição de vida das pessoas e, em especial das mulheres. O que permitiu observar que os movimentos feministas brasileiros daquele momento, contribuíram para uma mudança no perfil e no comportamento das mulheres, abrindo espaço para elas até então, nunca imaginados. Sendo esse ponto, se constituiu no primeiro momento dos estudos.

Depois, passou-se a análise das publicações e, por fim, as considerações finais que apresentam os resultados da investigação.

2. OS ANOS DE 1970 NO BRASIL

Para que seja possível compreender a abordagem e os objetivos do jornal Brasil Mulher, é necessário realizar um breve passeio pelo contexto histórico, social e político da época em que ele circulou. Assim, se faz necessária uma retomada dos anos de 1970, bem como a organização social daquele momento.

O período compreendido na década de 1970 no Brasil, foi marcado pelo regime político ditatorial exercido pelos militares que estavam a frente do governo desde 1964, mantendo-se no poder até 1985. Foram anos de muita tensão entre a população (movimentos sociais) e o governo. Período que recebeu vários nomes, como

[...] “os anos de chumbo”, que institucionalizaram no corpo do Estado o viés assassino da atuação de suas polícias políticas e confirmaram a tortura como prática cotidiana, e os anos do “milagre econômico” brasileiro. O crescimento econômico de 11% durante a primeira metade da década de 1970 foi transformado pela ditadura numa euforia nacionalista que contribuiu para a manutenção de seus índices de legitimidade e o exercício do poder sem o recurso exclusivo da violência. (CASTRO NETTO, 2019, p. 72).

O tempo de Ditadura Militar, levou ao todo, vinte e um anos, mas de 1968 a 1979, se viveu, de acordo com Castro Netto (2019), os momentos mais difíceis e tenebrosos. Pois, havia uma ‘união de interesses políticos e econômicos’ que fazia com que a maior parte da população entendesse essa forma de governo como algo interessante e benéfico. Segundo o estudioso,

[...] em união com setores da sociedade civil, agências e agentes da propaganda, fez uso dos sentimentos enquanto prática política, em especial, o otimismo. A partir de um conjunto selecionado de peças publicitárias, defendemos que tal sentimento foi utilizado como espécie de resposta a todo tipo de oposição, seja ela armada ou consentida (ARENA e MDB). (2019, p. 72).

Isso contribuía para a camuflagem das torturas, das prisões infundadas, dos exílios e de todo o tipo de opressão. Facilitando a manutenção desse tipo de governo. É esse período, década de 1970 que destacamos nesse estudo, por ser a época em que o Jornal Brasil Mulher veiculou no Brasil. Ainda de acordo com Castro Netto (2019), os anos de 1970 tiveram, a título de combater a oposição ao regime, duas estratégias valorosas, uma era a prática da política do medo e a outra a implantação de ‘sentimentos positivos’, com o objetivo de alargar o campo de apoio político e social. Para tanto, faziam o uso do nacionalismo, do ufanismo, do amor a pátria, e de um conjunto de valores construídos a longo prazo no que diz respeito a nação e seu povo. Era uma lavagem cerebral a serviço do governo.

No entanto, havia parte da população que não se deixava levar por tais mensagens e, lutavam como podiam contra o autoritarismo e a opressão. Movimentos sociais começaram a surgir, entre os operários das fábricas com seus sindicatos, entre os artistas da época e, nesse contexto o movimento feminista também. (SARTI, 2014). Daí uma tensão entre parte da população e governo.

Entre os 'cuidados' que o governo teve para evitar oposição, um pouco antes, no ano de 1968, criou o AI-5, Ato Institucional nº 05, que encerrou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretou o estado de sítio; suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer tipo de reunião; criou a censura prévia (ARAÚJO E SILVA, 2013). Ainda segundo os autores, o AI-5 foi "um golpe dentro do golpe". Por isso, o nome "anos de chumbo".

A ditadura havia silenciado o movimento sindical, os partidos e movimentos de oposição, estudantes, intelectuais e artistas. Com o campo de ação reduzido e vigiado, uma parte da esquerda buscou referência nos movimentos de guerrilha dos anos 1950 e 1960 (como as lutas anticoloniais, a guerrilha vietnamita e a Revolução Cubana) e optou pela luta armada para enfrentar o regime. Nesse período, proliferaram inúmeras tentativas de guerrilha urbana e rural no Brasil. A resposta a este movimento, por parte do regime militar, foi uma violenta repressão sobre os grupos e organizações de esquerda. A conjugação da opção pela luta armada, feita por uma grande parte da esquerda brasileira, com a nova conjuntura de endurecimento repressivo da ditadura pós AI-5 foi trágica. Em poucos anos as organizações foram destruídas pela repressão, deixando um saldo de inúmeros mortos, desaparecidos, presos, exilados e banidos. (ARAÚJO E SILVA, 2013 p. 20).

Vê-se que foi uma década de muitas dificuldades, o autoritarismo definia a vida, a política, a economia e, até o direito de ir e vir das pessoas. Era um cenário aterrador.

No que tange a economia, o Brasil iniciou a década de 1970 com uma política econômica estruturada ainda na década de 1960, mais especificamente de 1964 quando, após a tomada do poder pelos militares, esses lançaram um Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). De acordo com Santos e Alma (2018), esse programa foi criado com o objetivo de promover algumas reformas estruturais, sendo as mais impactantes, as da reforma tributária, do mercado de trabalho e a agrária. Segundo Hermann (2005), as medidas principais foram: a criação de alguns impostos, como o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), ampliação da base de incidência do imposto sobre a renda de pessoas físicas, criação de uma série de mecanismos de isenção e incentivos a atividades consideradas prioritárias pelo governo à época – principalmente aplicações financeiras, para estimular a poupança, e investimentos em capital fixo, em regiões e setores específicos. Segundo Santos e Alma (2018, p.172), com base nos escritos de Hermann (2005):

[...] esse conjunto de medidas surtiu efeito, pois a carga tributária do país passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967. No entanto, a reforma tributária foi regressiva, uma vez que beneficiou as classes de renda mais alta – os poupadores – com incentivos e isenções sobre o imposto de renda. Além do mais, a maior parte de crescimento da arrecadação foi obtida com impostos indiretos, que, em termos proporcionais, penalizam mais as classes de baixa renda. No mercado de trabalho, a política salarial, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Lei de Greve trouxeram fortes impactos na relação capital/trabalho. A Lei de Greve foi uma das primeiras decisões do governo militar que se seguiu ao Golpe de 1964. O objetivo primordial dessa lei era regular o direito de greve, algo que não estava previsto na Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), e estabelecer as normas a serem observadas para que uma greve fosse considerada legal. Esse era o quadro político e econômico que assistimos na década de 1970. Até 1973 se observou um certo “milagre econômico” vindo dessas reformas. Porém, o impacto disso para a população mais pobre, foi nefasto. O salário mínimo, por exemplo em 1974, estava deteriorado em relação a 1961, em 74 correspondia a menos da metade do salário de 1961 do governo de Goulart. Santos e Alma (2018), ainda afirmam que a deterioração do salário teria sido a condição para a industrialização do país, que teria se concretizado a base de uma industrialização e urbanização com

baixos salários. Ainda de acordo com os autores, além [...] das mudanças no mercado de trabalho o governo militar impôs outra política com grandes consequências para a industrialização e a urbanização do Brasil: a modernização agrícola [...]. (2018, p. 174).

Essa modernização contou com o incentivo do poder público, que não limitou seu incentivo só a mecanização do campo ou a alteração da base técnica de produção, foi além. Alterou a organização da produção rural, abrangendo aí, as relações sociais, ou seja, o que ocorreu foi a capitalização e a monetarização do campo. As consequências disso foi que tal modernização não atingiu a todos os produtores rurais, apenas aqueles que se encontravam nas regiões Centro-sul onde havia a capacidade exportação e da substituição da importação. Essas regiões eram conduzidas por médios e grandes produtores rurais, os quais possuíam maior capacidade administrativa e patrimônio, assim foram as regiões Sul e Sudeste e os grandes proprietários os beneficiados pela política agrícola. Isso significa dizer, que os pequenos proprietários de terras não foram prestigiados com essa política e, portanto, não se beneficiaram. Pois,

[...] o instrumento utilizado para modernizar a agricultura foi o crédito rural, que consistia em taxas de juros e condições de pagamento diferenciados dos encontrados no mercado, segundo Bacha (2004). Com regras que já eliminavam a grande maioria dos proprietários rurais, o crédito foi um sutil instrumento usado para beneficiar as culturas de exportações (ALVES, 1992). (SANTOS E ALMA, 2018, p. 175).

Esses acontecimentos evidenciam, que as consequências mais penosas foram o aumento da concentração fundiária e o êxodo rural. O que vemos aqui é, que esse período contou com uma complexidade e contradições dos governos militares. Tais contradições e complexidades podem ser vistas pela limitação dos direitos políticos e civis e pela concentração de renda observada durante o período de ditadura militar. (SANTOS E ALMA, 2018).

O Jornal Brasil Mulher apresenta claramente essa situação em suas matérias, quando trata do alto custo de vida brasileiro e da carestia. Isso aparece na Edição de outubro de 1977, ano 2, nº 9; na Edição de março de 1978, ano 2, nº 11, Edição de maio de 1978, ano 3, nº 12; Edição de julho de 1978, ano 3, nº 13 e Edição de novembro de 1978, ano 3, nº 14. Em todas as matérias dessas edições, além de questionar essa realidade do custo de vida e da carestia, mostra a população reivindicando melhores salários para que se possa superar essa situação, evidencia também os movimentos operários e sindicais e grupo de mulheres e donas de casa tratando da mesma questão. O que prova que o “milagre econômico” não foi tão real assim e, nem alcançou a todos.

De forma breve, esse foi o cenário social, político e econômico que alojou a criação e a veiculação do Jornal Brasil Mulher, e esse quadro influenciou significativamente não só a criação como a publicação das matérias jornalísticas tratadas pelo periódico; que se reconhecia como um jornal democrático e de esquerda, nas palavras da editora Joana Lopes em várias edições entre 1976 e 1979.

Por conta desse panorama, é que se assistiu a muitos movimentos sociais que reivindicavam não só a volta da democracia, como também de melhores condições de vida e de trabalho. Exemplos desses movimentos, observou-se os sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista, liderado por Luís Inácio Lula da Silva, movimentos de professores da rede pública, dos estudantes representados pela União dos Estudantes e de grupo de donas de casa de vários bairros de São Paulo, grupos de mães, etc. Todos noticiados pelos jornais da época, inclusive pelo Brasil Mulher nos referidos anos e edições já citados.

Nesse mesmo cenário, ocorre a chegada do movimento feminista no Brasil que engrossou os movimentos sociais e, buscou situar a mulher em cada uma das lutas e espaços sociais.

2.1. O Movimento Feminista no Brasil dos Anos de 1970

O feminismo adquiriu força num momento histórico em que outros movimentos de libertação também estavam a existir, denunciando opressões que não se limitavam apenas a economia. Observando os jornais da época, foi possível visualizar um dos vértices do movimento feminista brasileiro iniciando nas camadas médias e expandindo-se por meio de articulações pertinentes com as camadas populares. Na política, a direita via o feminismo como

movimento imoral, enquanto para a esquerda, havia uma conotação antifeminina (SARTI, 1998). Esta onda feminista lutou contra a ditadura militar, a supremacia masculina, a violência sexual e buscavam direito ao prazer; lutaram ainda em favor da redemocratização e pelos direitos de cidadania e igualdade.

Aqui reside a origem e a fonte dos estudos, o surgimento de periódicos femininos no Brasil, feito por mulheres e para mulheres. O texto de Rosalina de Santa Cruz Leite (2003) aborda a história dos primeiros jornais nacionais dirigidos às mulheres e feitos por mulheres no período pós 1975: o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. Desenvolvidos pelo que se chamava de imprensa democrática ou alternativa por uns, e por outros, de imprensa nanica. O fato de estarem vinculados a uma associação demonstra o teor temático: davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política. Essas mulheres as quais tomaram a iniciativa para a produção do jornal, eram feministas e majoritariamente de esquerda, muitas com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e do exílio (LEITE, 2003).

De acordo com Sarti (2004, p. 36),

Argumenta-se que, embora influenciado pelas experiências européias e norteamericana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias. Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira.

Como se vê, o movimento feminista no Brasil teve sua origem ligada a contestação ordem política instituída, por isso tratava de questões que iam além dos direitos femininos, mas inseriam tais direitos nessas discussões e, talvez por isso, tenha alcançado as mulheres das classes mais baixas, já que tratava de várias questões como

melhores salários e condição de vida. Fato esse positivo, que contribuiu na mudança de pensamento das mulheres, deixando de aceitar com naturalidade que outros pudessem definir seus papéis na sociedade e determinar seu destino.

Vários fatores contribuíram para a chegada do feminismo no Brasil na década de 1970. Em 1975 a ONU declara o ano Internacional da Mulher, isso se deu pelo impacto que o feminismo já causava na Europa e nos Estados Unidos, o que favorecia a discussão da condição feminina no cenário internacional. No Brasil:

Essas circunstâncias se somavam às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país (comentadas adiante), pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. Ao mesmo tempo, esse processo desenrolou-se no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam vozes discordantes. O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura [...]. (SARTI, 2004, p. 37).

Os debates sobre a questão do ser mulher, que tinha sua origem nas feministas marxistas, como Alexandra Kollontani e também Simone de Beauvoir, foi ao encontro da busca por uma articulação entre a luta contra a opressão social e a reflexão acerca das relações

interpessoais, dessa forma, o feminismo brasileiro buscou conciliar sua base marxista com a questão da subjetividade, inserido para isso, a psicanálise como sua referência. Eis aí, o nascimento do feminismo brasileiro. Várias questões favoreceram não só o nascimento, mas também o desenvolvimento do feminismo no Brasil, como aponta Sarti (2004, p. 39):

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário que permite a visibilidade do movimento feminista. O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, para citar apenas os de São Paulo.

Era a porta que se esperava abrir. Uma vez aberta, o movimento foi criando espaço não só na sociedade, mas também nas cabeças femininas. Propiciando que as mulheres se vissem como alguém na

agenda da humanidade, como ser capaz de escolher seus caminhos e lutar pelos seus direitos.

Com seu início nas classes médias, o feminismo no Brasil, que se denominava “movimento de mulheres” foi se expandindo por meio de uma articulação singular com as classes populares e suas organizações de bairro, tornando-se um movimento interclasses. Esse trabalho conjunto, deu o tom do movimento feminino no Brasil, pois lhe imprimiu uma conotação própria. Nas palavras de Sarti (2004, p. 39):

Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição ao regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isso colocou os grupos feministas em permanente enfrentamento com a igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente.

As questões propriamente feministas, aquelas vinculadas a identidade de gênero, só foram conquistando espaço, quando se consolidou o processo de abertura política no Brasil, isso em fins dos

anos de 1970. Boa parte dos grupos se declarou feminista, abrindo espaço para a reivindicação no plano das políticas públicas, e também para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher, desnaturalizando definitivamente a noção de gênero como referência para a análise. (SARTI, 2004). A unidade do movimento feminista brasileiro permaneceu com essas características até 1980, quando foi se modificando e assumindo outras características que não serão tratadas nesse momento, por não fazer parte do período em destaque e, nem das influências que exerceram nas mulheres da década de 1970.

Dessa forma, objetivou-se, nesse breve histórico da trajetória do movimento feminista do Brasil em no período em destaque, situar o nascimento do Jornal Brasil Mulher, bem como as influências que tornaram possível suas publicações e a criação de seus objetivos já mencionados na introdução desse relatório. Portanto, estão criadas as condições elementares para que se situe no tempo e no espaço o objeto de estudo, assim como estabelecidos os elementos essenciais para que se compreenda a relevância desse estudo. Na sequência, se apresenta o Jornal Brasil Mulher e as edições selecionadas para esse estudo.

2.2. O Jornal Brasil Mulher

A Sociedade Brasil Mulher foi criada em 1975 com o objetivo de tratar dos problemas da mulher, integrados com as questões mais essenciais da sociedade. E, a partir da associação e com essa visão, criou-se o Jornal Brasil Mulher.

De acordo com a editora do jornal, Joana Lopes, na edição de junho de 1977, ano 2, nº 7, na seção Nota da Editora, o jornal incorporou-se

imprensa democrática, apresentando um posicionamento claro em relação a liberdade de expressão, associação e informação. É com base nesse posicionamento, que o jornal busca levar à frente a luta pela emancipação feminina, de modo consciente, entendendo que essa tarefa não cabe apenas as mulheres, e sim a todos. Pois, a emancipação feminina faz parte de outras lutas, que buscam melhores condições de vida e de trabalho, de lutas que buscam superar o preconceito social, que lutam pelos direitos humanos, pela anistia geral e irrestrita, e por liberdades democráticas.

Desse modo, o jornal entende que o problema da mulher, não interessa apenas ao feminino, mas sim a qualquer indivíduo que busca viver com dignidade pessoal e coletiva. Com base nesses princípios, o jornal, escrito por mulheres e dirigido principalmente a elas, passou a publicar matérias que tratam dos aspectos mencionados, inserido a mulher em todos os cenários e dando-lhe voz para expressar suas dúvidas, lutas, interesses e capacidades.

Com esse intuito, o jornal circulou entre os anos de 1975 até 1980. Teve 16 edições, as tiragens eram mensais, e era mantido pelas mensalidades dos membros da associação, pelos anunciantes e pela venda dos exemplares, conforme já dito anteriormente. Era um jornal independente e se comprometia apenas com a verdade, com a politização de todos e com o despertar da consciência feminina sobre seu lugar na sociedade.

É importante dizer que o jornal não nasceu em uma iniciativa isolada, como afirmava Joana Lopes na edição de novembro de 1978, ano 3 nº 14, na seção Notas da Editora; apareceu em um momento de mobilização social e política, quando surgiram e se desenvolveram grupos de mulheres em vários estados brasileiros,

assumindo diferentes lutas políticas e econômicas por meio de associações de donas de casa, clube de mães, Movimento Feminino pela Anistia, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Jornal Nós Mulheres, etc.

Em meio a esse processo e turbilhão de movimentos, iniciou-se uma conscientização quanto a importância da participação das mulheres nessas lutas e, da força delas, levando-as a entender que poderiam/deveriam se organizar para conquistar uma posição mais justa na sociedade brasileira. Diante disso, o jornal passou a se preocupar também com questões específicas das mulheres, como salários inferiores aos dos homens, mesmo quando executam o mesmo tipo de trabalho; dificuldade e barreiras para terem acesso a especializações no campo profissional; barreiras para ingresso a determinadas carreiras; falta de meios que possibilitem a mulher deixar o lar para o trabalho, como inexistência de creches, refeitórios nas fábricas, lavanderias coletivas, enfim sua responsabilidade total nas tarefas domésticas. Pois, entendia que tais reivindicações femininas se inseriam em lutas gerais dos trabalhadores brasileiros.

Assim, o jornal se propôs a apoiar e divulgar as mobilizações femininas, já que tinha claro que tal participação era fundamental na construção de uma sociedade mais justa. Aqui o movimento feminista brasileiro fez toda a diferença, porque não propunha uma luta contra os homens ou a sociedade, e sim uma luta pela garantia de oportunidades iguais entre todos, independente da classe social, etnia, sexo, religião, etc. Engana-se quem acredita que a luta do movimento feminista seja uma luta contra os homens, ou para nos igualar-se à eles. É uma luta pela garantia de direitos. O movimento feminista apoiou, fortaleceu os movimentos das mulheres e trouxe

arcabouços para o trabalho de conscientização da capacidade feminina entre as mulheres.

Inicialmente, em 1975, o jornal começou suas atividades na cidade de Londrina, no Norte do Paraná. Mas, em 1976 mudou-se para São Paulo, capital como explica a editora no nº5 da edição do mesmo ano:

[...] durante todos estes meses tivemos que enfrentar uma verdadeira batalha. Tínhamos necessidade de uma sede, em São Paulo, onde o grupo participante - numeroso - pudesse dar cumprimento às finalidades da Sociedade Brasil Mulher e onde também funcionasse a redação do BM, tendo em vista que o jornal é discutido e elaborado em São Paulo e impresso em Londrina, com a colaboração da equipe BM daquela cidade, onde agora

funciona a sucursal do Paraná. Finalmente, conseguimos. Agora já temos uma sede na rua Oscar Freire, 1607 - apto-2 - S.P. onde todos os interessados em nosso trabalho poderão nos procurar. Com a sede, a Sociedade Brasil Mulher pretende intensificar suas realizações com a publicação de textos sobre a mulher e a Dupla Jornada de Trabalho, Discriminação Salarial, Subemprego, a mulher e os Direitos Humanos, enfim todas as questões que possam demonstrar a nossa realidade. A SBM em setembro realizou uma assembleia com as sócias da entidade para um balanço de suas atividades e apresentação de um programa a ser cumprido visando uma participação mais ativa de todas nós. O jornal Brasil Mulher parte - no próximo mês de outubro - para seu segundo ano de vida, com o respaldo de um grupo de trabalho que pretende continuar fazendo com que o jornal cumpra sua finalidade -. e atinja o maior número possível de mulheres mostrando a

necessidade de participação, para que juntas levemos adiante a luta por nossa emancipação.

Com um espaço novo e melhor localizado para o trabalho a que se propunha, o Jornal Brasil Mulher, deu continuidade as suas atividades, mantendo-se ativo durante cinco anos. Como é possível perceber, o jornal Brasil Mulher se insere em um contexto de muitas tensões sociais, opressão e censura; entretanto não se recusou a publicar matérias de teor democrático e caráter reivindicatório, situou na mulher no tempo e no espaço e, procurou lhe mostrar que ela tinha direito a um lugar na sociedade. Se fundamentou na crítica consciente, pautada pelos ideais marxistas comuns à época e, se fortaleceu com o movimento feminista brasileiro dos anos de 1970. Portanto, não estava isolado e, sim, mergulhado em um tempo de luta e de movimentos sociais. Não buscava notícias sensacionalistas, nem fofocas da alta sociedade, buscava o despertar das consciências, o poder da reflexão e da necessidade de se criar uma sociedade mais justa e igual.

Para que se pudesse ter essa percepção, é que buscou-se o levantamento do contexto histórico em que o jornal estava inserido e, também entender o papel do movimento feminista no processo de fortalecimento, não só do jornal, mas também, dos movimentos das mulheres já mencionados aqui. O que se nota, é um engendramento do movimento feminista com o despertar das consciências femininas, seja das que trabalhavam na imprensa feminina, seja daquela que as liam. Bem como, com os movimentos sociais em prol da reabertura política na época. No próximo tópico, estão as edições selecionadas para nossa análise.

2.3. Edições do Jornal Brasil Mulher em Análise

Foram selecionados para o estudo e análise, as edições que trataram dos assuntos mais debatidos na época. Temas que os próprios leitores sinalizavam por meio de cartas enviadas ao jornal, também pelas entrevistas publicadas e, pela percepção da importância das temáticas apontadas pela editora na seção Notas da Editora que abria cada edição.

Para analisar as matérias selecionadas nessas edições, tomou-se o método de análise de Bardin (2009), a análise de conteúdo que, de acordo com o autor é um método de investigação que, por meio de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, possibilita a realização de análise dos conteúdos das mensagens destacadas para estudo, nesse caso, das matérias publicadas nas edições selecionadas. Assim, realizou-se uma pré-análise, a partir da leitura das 16 edições. Naquele momento, foram escolhidas as edições que fariam parte da análise, seguindo os critérios mencionados acima. Com os critérios em mente, construiu-se o *corpus*, verificando nas matérias das edições representatividade, homogeneidade e pertinência.

Então, a partir da hipótese de que as matérias eram princípios educativos dirigidos às mulheres para que despertassem sua consciência quanto a seu potencial e enquanto pertencentes à agenda da humanidade; preparou-se o material para análise, que segue.

Edição Extra de 1977, nessa edição a editora chama a atenção das mulheres em Notas da Editora para os problemas enfrentados por elas que parecem não se darem conta de suas realidades, não se

interessando pelo feminismo que, seria um meio de ajuda-las a conquistar um espaço maior na sociedade. Esse pedido de reflexão e atenção ocorre desde a manchete de capa do jornal – “Ou lutamos unidas ou morremos de fome” até um comunicado conjunto dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Nessa edição, analisou-se esse comunicado e a matéria que trata da manchete de capa. Foram selecionadas essas, porque evidenciam o vínculo das lutas das mulheres que questões gerais que melhoram as condições de vida de todos, mas ao mesmo tempo, coloca a mulher na agenda da humanidade, lhe dando poder de participação.

Na Edição de junho de 1977, nº7, a editora abre a edição alertando que a emancipação da mulher não está desvinculada das lutas gerais da população, que se integra a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho de todos. E, as matérias que fazem parte dessa edição tratam do movimento operário discutindo seus problemas, dos movimentos sociais, da reforma da CLT, permitindo trabalho noturno para mulheres, por meio de um dispositivo que favorece apenas empresas; da questão da educação como direito de todos e não como privilégio, da luta dos professores por melhores condições de trabalho e, do controle de natalidade indiscriminado. Nessa edição, iremos analisar as matérias que tratam da reforma da CLT aprovando o trabalho noturno das mulheres e, a que trata do controle de natalidade indiscriminado. Essas matérias foram escolhidas, porque situam as mulheres nas lutas gerais, mas também as chamam para entender que a sexualidade e o planejamento familiar deve ser tratado por ela também, que sexo pode ser mais que reprodução e, ela tem direito a desfrutar do próprio corpo. Mais uma vez, e a mulher no geral e no específico.

Na edição de outubro de 1977, nº 9, a editora abre a mesma, falando dos trâmites para alteração da CLT no que diz respeito ao trabalho noturno da mulher. A editora questiona a quem será útil essa alteração, e por que foi realizada sem ser uma solicitação das trabalhadoras, por que não se altera outros dispositivos que as trabalhadoras já solicitaram. Com esses questionamentos Joana Lopes, alerta suas leitoras para a necessidade de estarem alerta as mudanças no regime de trabalho e, em prontidão para lutar contra explorações passíveis de ocorrer. As matérias que fazem parte dessa edição tratam das eleições dos sindicatos, e nela há questionamentos de por que são sempre os mesmos homens os candidatos, ou seja, cadê a participação das mulheres, já que também são trabalhadoras. A expulsão dos camponeses em Caaporã – Paraíba, debatendo a questão dos grandes proprietários de terras ‘engolindo’ os menores; apresentação da história de Mercedes Sosa, manifestações dos professores contra as péssimas condições de trabalho; movimentos sociais pela democracia, a questão do alto custo de vida; a mulher nos jornais, e, por fim, a vacinação infantil.

Dessa edição, a análise é da matéria da eleição nos sindicatos, porque questiona a participação enquanto presidentes de sindicato das mulheres e trata das barreiras encontradas por elas para ingressarem em determinados setores do mercado de trabalho, e a matéria da mulher nos jornais, pois analisa a frequência da aparição das mulheres nos jornais por um mês, também como são representadas e qual o tratamento dispensado a elas, uma discussão sobre discriminação do sexo feminino.

A próxima edição selecionada para análise, é a de março de 1978, nº 12. Aqui a editora abre as publicações, anunciando mudança na

“cara” do jornal, mas com o mesmo tipo de conteúdo. Anuncia que serão abordadas temáticas como a luta pela libertação da mulher, especialmente da mulher trabalhadora e também da dona de casa de periferia que faz o impossível com o salário do marido, e isso será discutido por meio de matérias que tratam de grupo de mulheres que se organizam, para juntas resolverem seus problemas. É um chamado às mulheres para se unirem e juntarem forças para vencer as lutas diárias, e não se encolherem em suas casas. Fazem parte dessa edição, as seguintes matérias: aprovação das alterações da CLT aprovando o trabalho noturno das mulheres; a mulher trabalhadora e a dupla jornada, mais o trabalho noturno; movimentos femininos por igualdade de oportunidades e salários; e controle de natalidade. Dessa edição, a análise é da matéria da dupla jornada das mulheres, evidenciando as dificuldades da mulher trabalhadora sem qualquer ajuda e, a do controle de natalidade, cuja matéria é intitulada “mulher, patrimônio do Estado”, discutindo mais uma vez a ausência da mulher no planejamento familiar.

Dando sequência, a próxima edição a ser estudada, é a edição de julho de 1978, nº 13. Essa edição é aberta com a divulgação das conquistas do movimento operário e do sindicato dos metalúrgicos via greve, falando desse movimento a editora aborda que a questão da mulher trabalhadora, só apareceu nas discussões no que diz respeito a igualdade nos salários, o que é bom, mas não suficiente, há outras questões também importantes para as mulheres que devem ser debatidas. Fazem parte dessa edição matérias que tratam das seguintes temáticas: greve dos trabalhadores; aborto no Brasil, é ilegal, mas acontece; Custo de vida alto, anistia e, o início de uma série de reportagens que tratam da reprodução, sexualidade e prazer no sexo. Dessas matérias a análise é da reportagem do movimento grevista e a pouca discussão das questões que

envolvem a mulher trabalhadora e, a reportagem da reprodução, sexualidade e prazer no sexo; por vir ao encontro dos debates das matérias anteriores quanto ao controle de natalidade indiscriminado e a ausência da participação da mulher no planejamento familiar.

A próxima edição, será a de novembro de 1978, nº 14. Essa edição é aberta tratando das eleições parlamentares que se aproximam com a transição da ditadura para a reabertura política. Nessa nota a editora alerta que o voto é uma arma e deve ser usada com consciência, daí a necessidade de derrubar o partido do governo o ARENA, eleger candidatos que lutam ombro a ombro com a população. Nessa edição está presente artigos que abordam as seguintes temáticas: manifestação das trabalhadoras contra a empresa De Milus, por conta da revista ao final dos turnos; a morte de um operário pelo patrão; custo de vida alto (observa-se que essa discussão é uma constante, o que desmente a ideia do “milagre econômico” mostrando que realmente ele não alcançou a todos.); discriminação feminina e, a segunda reportagem da série sobre reprodução, sexualidade e prazer no sexo.

Dentre essas matérias, analisou-se a que trata da que aborda a discriminação, cuja o título é “charmosa e discriminada” insistindo aqui na ideia da falta de oportunidades iguais; e a segunda reportagem da série em desenvolvimento.

Por fim, a última edição a ser analisada, a abril de 1979, nº 15. A edição é aberta, lembrando aos leitores, os objetivos do jornal e, esclarecendo que essa página estará sempre aberta a todos que desejarem colaborar com as discussões acerca dos problemas que envolvem as mulheres. As reportagens dessa edição abordam temáticas como: o ano de 1979 como ano internacional da criança,

então também deveria ser o ano da creche. Lembrando mais uma vez que, a creche seria essencial para os filhos das trabalhadoras; trata também da greve dos metalúrgicos e, aqui entra o movimento das trabalhadoras que na greve, conseguiram parar a Pirelli; movimento das mulheres no Irã pelo direito de decidirem sobre suas vidas; e a terceira e última parte da série de reportagens sobre reprodução, sexualidade e prazer no sexo.

Desse rol de reportagens, a análise ocorreu acerca do movimento das mulheres que pararam a Pirelli, por evidenciar que juntas e organizadas podem conquistar espaços por meio de lutas, evidenciando o objetivo do jornal em contribuir para a formação do pensamento da mulher independente; e, claro, a última reportagem da série sobre reprodução, sexualidade e prazer no sexo.

Essas foram, portanto, as matérias analisadas.

3. METODOLOGIA

A análise buscou realizar um diálogo crítico com os dados fornecidos pelas fontes primárias descritas na introdução desse texto, mediante a compreensão articulada entre os princípios educativos femininos investigados a partir dos temas abordados pelo jornal no período de 1975 a 1980.

As fontes primárias selecionadas, com base nos fundamentos da Escola dos Annales, foram analisadas sob a perspectiva da História-Problema², levando-se em consideração o momento histórico de sua produção e suas relações com a sociedade. Adotou-se o preceito de que o documento não é uma verdade absoluta, mas uma construção social (LE GOFF, 1990)³, o que permite investigar o jornal

Brasil Mulher como um espaço de representação e de circulação de novas mentalidades educativas e políticas, essenciais para a formação da consciência coletiva feminina no Brasil.

Nesse sentido, utilizou-se a crítica documental proposta pela Nova História⁴, compreendendo o periódico como um 'documento-monumento'. Isso implica reconhecer que as reivindicações ali presentes são seleções deliberadas de uma memória que buscava construir uma consciência coletiva feminina, exigindo do pesquisador a análise das omissões e das ênfases do discurso editorial.

A investigação, portanto, dialogou com a História das Mentalidades⁵, buscando identificar as estruturas de pensamento e as sensibilidades das mulheres que produziam e liam o jornal. O periódico é tratado como um vetor de mudanças culturais que visava transformar o cotidiano e a percepção social da mulher na década de 1970.

Considerou-se necessário que o objeto de estudo fosse contextualizado no tempo e no espaço histórico em que foram produzidos, procedendo assim, a mediação entre as esferas do singular e do universal. Partiu-se do pressuposto que a imprensa feminina representou um espaço de experimentação de uma forma muito especial de fazer política, realizando reflexões importantes sobre as descobertas das mulheres sobre elas próprias e acerca das ideias feministas que percorreram a década de 1970.

Entendeu-se que os temas abordados pelo jornal se constituíram em princípios educativos capazes de promover entre as mulheres o despertar de uma consciência coletiva sobre seus direitos e sobre

sua condição, levando-as a se perceberem como sujeitas da sua própria história, com uma identidade própria, podendo, a partir disso se desprender das imposições feitas ao seu sexo, buscando estabelecer novas condições para as mulheres na sociedade. Foi, portanto, fundamental compreender como se deu esse processo e quais seus desdobramentos na luta não só dos direitos femininos, mas também na garantia deles.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A investigação propôs analisar as algumas das matérias publicadas no Jornal Brasil Mulher que veiculou no Brasil entre os anos de 1975 a 1980, apoiada, obviamente em um referencial teórico. Nesse momento busca-se apresentar os resultados dessa investigação tanto no que diz respeito aos 'achados' oriundos da análise, quanto a importância do movimento feminista para abertura de novos espaços sociais para as mulheres e para a conscientização da sociedade acerca do direito de oportunidades iguais para todos, independente do gênero.

A leitura geral das publicações como um todo, já mostraram logo na primeira observação, que o jornal foi um grande passo para a conscientização das mulheres quanto as suas capacidades e poder de luta. Pois, ele próprio, ao ser escrito por mulheres e dirigido às mulheres, já revelava tal potencial, ao mesmo tempo que anunciava a construção de um novo perfil de mulher naquela sociedade.

Todo o embasamento do jornal girava a partir do movimento feminista brasileiro da época, tratava das desigualdades sociais, culturais e de oportunidades, fundamentava suas reflexões nas lutas travadas por esse movimento e, procura deixar claro que não se

tratava de uma tentativa de desencadear uma luta ou competição entre homens e mulheres. E, sim, estabelecer consciência dessa desigualdade e necessidade de organização das pessoas que se encontrava a margem da sociedade, para lutar pelos seus direitos e melhores condições de vida. Obviamente, enquanto uma imprensa feminina, focava assuntos mais pertinentes ao universo feminino, como por exemplo, a necessidade de creches como apoio a mãe trabalhadora, como a luta pelo direito de voto e de ser votada, ou ainda, como a questão da sexualidade feminina, reprodução e direito ao prazer no sexo.

Mas, em todas as suas abordagens, fossem elas voltadas ao público feminino ou a todos, chamava sempre a reflexão acerca da realidade da época, da necessidade de o povo ser respeitado em seus direitos constitucionais, do abuso governamental da época, e do “milagre econômico” que nunca alcançou a todos.

No que concerne aos assuntos voltados às mulheres, percebemos que havia uma frequência em relação a alguns assuntos. Esses eram direcionados a mulher trabalhadora, que havia, a pouco tempo, ingressado no mercado de trabalho graças a sua mão de obra barata e, por conta da necessidade de mais um salário na conta da família brasileira que passava por maus bocados econômicos.

A questão da mulher trabalhadora foi explorada pelo jornal com mais de uma abordagem, buscando alertar as mulheres para a necessidade de se unirem e se organizarem a fim de melhorarem sua condição de vida e, também da sua família. Exemplo disso, foram as matérias que trataram da desigualdade dos salários entre homens e mulheres que exerciam a mesma função ou com o mesmo grau de responsabilidade; outra foi a luta pela creche para

que as mães trabalhadoras tivessem um local adequado para deixarem seus filhos enquanto davam conta da jornada de trabalho.

Outra abordagem foi com relação a participação das mulheres nos sindicatos e movimentos grevistas, como foi o caso da greve que atingiu a Pirelli. Em todas elas, vimos um chamado a reflexão e a conscientização quanto aos direitos trabalhistas e também quanto aos direitos de igualdade de oportunidade para as mulheres.

A forma como se dava a abordagem, era repleta de expressões de caráter crítico que alertava, conscientizava e buscava, principalmente, que a mulher se reconhecesse como sujeito da sua própria história, capaz de se organizar, estabelecer prioridades e alcançar objetivos próprios e, não só os estabelecidos pela sociedade, que ainda definia o local da mulher como sendo apenas o espaço doméstico, com objetivos exclusivos dedicados à sua família, ao seu casamento; e quase nunca, aos seus próprios, enquanto indivíduos.

O jornal contribuía para colocar a mulher na agenda da humanidade, intervindo na realidade em que estava inserida, e não mais como espectadora dela. Mostrava a mulher que ela podia, e podia muito escolher onde queria estar, e definir seus próprios objetivos. Outra situação trabalhada pelo jornal que trazia essa característica e, que, aos nossos olhos atuava como um agente formador e emancipador do pensamento feminino, foi a questão da sexualidade feminina, o direito ao prazer no sexo e a desmistificação de que o sexo, para a mulher, tinha apenas um sentido reprodutivo.

Quanto fez a série de reportagens sobre o corpo feminino e a sexualidade, buscou, incisivamente, orientar a mulher quanto ao

funcionamento do seu corpo, para que conhecesse todo o processo reprodutivo e, a partir disso, decidir se deseja ter filhos e, quando os teria. Mostrava que o planejamento familiar também é um assunto que diz respeito a ela, e que, portanto, enquanto uma das maiores interessadas, deveria conhecer bem como funcionava para poder optar de forma consciente e responsável. Tratou do prazer no sexo, como um direito de desfrutar do próprio corpo, coisa que as mulheres desconheciam em grande parte. As manchetes do jornal, as reportagens, a maneira como era escrito, o tom crítico e os debates levantados por ele, contribuíram, a nosso ver, significativamente, para o processo de emancipação do pensamento feminino, bem como para a construção de um novo perfil de mulher, mais ativo socialmente, mais crítico intelectualmente e mais independente financeiramente, emocionalmente. Obviamente que não resolveu todos os problemas sociais da época, mas abriu portas para uma caminhada que continua até hoje, pois os desafios a serem vencidos pela mulher na sociedade, ainda continuam.

Dessa forma, nos resultados obtidos a partir da pesquisa, é possível apresentar que o objetivo foi alcançado plenamente, apesar das dificuldades encontradas na realização da investigação. A hipótese inicial se comprovou, pois evidenciou-se nas análises, que as matérias continham princípios educativos que contribuíram na formação do pensamento feminino da época. Que a educação, seja ela formal ou não, é capaz de transformar sujeitos e os colocar a par da situação em que vivem, os capacitando para enfrentamentos e busca de melhores e mais justas condições de vida.

Também foi possível destacar o quanto o movimento feminista brasileiro da época foi importante para esse processo de conscientização e reflexão tratado pelo jornal. Como continuidade

dos estudos acerca da história das mulheres e de seu processo formativo, a partir da pesquisa realizada, criou-se, pela autora desse artigo, um laboratório de estudos feministas e de violência de gênero, o qual tem seus estudos voltados a essa temática, ampliando para as questões de violência de gênero. Por fim, almeja-se ter contribuído com a historiografia das mulheres apresentando novos dados sobre o processo de luta feminino na busca pelos seus direitos e por um espaço igualitário na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre o jornal Brasil Mulher (1975-1980) permite concluir que o periódico não foi apenas um veículo de informação, mas um autêntico dispositivo pedagógico de resistência. Em um cenário de asfixia democrática e censura, o jornal logrou êxito ao transformar a página impressa em um espaço de educação não formal, onde a subjetividade feminina foi ressignificada a partir da coletividade.

Ao longo da análise das edições selecionadas, observou-se que os princípios educativos do jornal se pautaram pela indissociabilidade entre a questão de gênero e a questão social. A resposta à pergunta norteadora desta pesquisa é afirmativa: o Brasil Mulher atuou como agente de emancipação ao "pedagogizar" a política cotidiana. Ele ensinou que o custo de vida, a falta de creches e a violência doméstica não eram problemas individuais das "donas de casa", mas sintomas de uma estrutura social que precisava ser debatida e transformada.

Os principais eixos conclusivos desta pesquisa destacam:

A Educação como Conscientização: O jornal operou na transição da "reivindicação de direitos" (muitas vezes vista como externa) para a "construção da consciência" (interna e subjetiva). Ao dar voz às cartas de leitoras e relatar as lutas de mães e esposas pela anistia, o periódico educou as mulheres para se perceberem como sujeitos políticos integrais.

Interseccionalidade Prática: Antes mesmo do termo se popularizar, o Brasil Mulher já praticava uma análise que unia classe e gênero. Ao abordar o mercado de trabalho e a dupla jornada, o jornal demonstrou que a emancipação feminina era condição *sine qua non* para a redemocratização do Brasil.

O Corpo como Território Político: As matérias sobre sexualidade e prazer representaram um rompimento drástico com a moralidade vigente, exercendo um papel formativo essencial para que a mulher assumisse o protagonismo sobre seu próprio desejo e saúde reprodutiva.

Em suma, o legado do jornal Brasil Mulher reside na capacidade de ter forjado uma identidade feminina combativa que sobreviveu ao regime militar. Os "princípios educativos femininos" aqui identificados revelam que a educação, quando impressa sob o viés da liberdade, é capaz de romper silêncios históricos. Este estudo reafirma que a memória dessas publicações é fundamental para compreendermos as bases das conquistas femininas atuais e para mantermos o estado de vigilância contra o retrocesso de direitos e a violência de gênero na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. P.; SILVA, I. P.; SANTOS, D. R. **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa – PT: Edições 70, 2009.

CALDAS, M. J. A.; MARTINS, M. S. N. **Os annales e sua contribuição para a teoria e metodologia da história em educação do campo**. In: Revista Dialectus. Ano 1; nº 1.jul/dez/2012; pp. 275-289

CASTRO NETTO, D. A. **Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970**. In: Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.8, nº16, jan-jul, 2019. p.72-96 ISSN:2238-1651. GODOY, G. A. V. de. **Princípios educativos para mulheres dos séculos XVIII e XIX: contribuições da Marquesa de Alorna**. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação - PPE. Universidade Estadual de Maringá, 2018.

HERMANN, J. **Reforma, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973)**. Economia brasileira contemporânea. Org. GIAMBIAGI, Fábio et al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOLANDA, S. B. (Centro). **Jornal Brasil Mulher** – Edições Completas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres**: Origens da Imprensa feminista brasileira. Estudos feministas, Florianópolis, vol. 11 (1): 336, jan-jun/2003.

SARTI, C. A. **O jovem na família:** o outro necessário. In R. Novaes & P. Vannuchi (Org.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____, C. A. **“O início do feminismo sob a ditadura no Brasil:** o que ficou escondido”. XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, p. 12, set. 1998. Acesso em 10/01/2018, em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>.

_____, C. A. **A construção de figuras da violência:** a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos*, 20/42, 2014.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Cianorte. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá, Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela mesma universidade. Coordena o Laboratório de Estudos Feministas e Violência de Gênero - LEFEVGE, no qual desenvolve pesquisa na linha de Políticas Públicas Diversidade e Educação. Em sala de aula, ministra disciplinas de Políticas Públicas Educacionais e Gestão Educacional. Também é membro do Laboratório de Estudos do Império Português LEIP, realizando estudos na linha de História, historiografia da Educação, tendo como foco a história da educação feminina. E-mail: gavgodoy@uem.br.

² A Escola dos Annales, especialmente em sua primeira geração com Lucien Febvre e Marc Bloch, rompeu com a história puramente

factual (positivista).

³ Le Goff (1990) argumenta que o historiador deve "desmontar" o documento para revelar os interesses de quem o produziu. Nesse sentido, se lê o jornal *Brasil Mulher*, não apenas para saber "o que aconteceu", mas para entender como aquelas mulheres escolheram narrar a luta delas para influenciar a sociedade.

⁴ Termo cunhado a partir da obra coletiva *La Nouvelle Histoire* (1978), organizada por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel. Esta vertente caracteriza-se pela "história em migalhas" (expressão de François Dosse), focando em objetos antes marginalizados, como a história das mulheres, da infância e das sensibilidades, utilizando o diálogo interdisciplinar com a antropologia e a sociologia para interpretar as construções sociais do passado.

⁵ A História das Mentalidades, vertente consolidada pela terceira geração da Escola dos Anales, desloca o foco da análise histórica dos eventos factuais para as estruturas psicológicas e sistemas de crenças compartilhados por determinados grupos sociais. Segundo Michel Vovelle (1987), ela busca compreender o "imaginário coletivo", investigando como as sensibilidades e os valores são assimilados e transformados ao longo do tempo, o que permite analisar o jornal *Brasil Mulher* como um veículo de construção e expressão de uma nova mentalidade feminina.